

A QUALIDADE DE VIDA E SEUS INDICADORES

(Publicado no livro Qualidade de Vida e Riscos Ambientais, Selene Herculano et al. (org.). Niterói: Eduff, 2000.

[\(Clique aqui para ver a capa do livro\)](#)

Selene C. Herculano*

Abstract:

The first aim of this paper is to review and extend to Brazilian scholars and social scientists a debate mainly held in developed countries on the quality of life and the recent proposals about the indicators of quality of life and sustainability, (WIDER, 1988; Nussbaum & Sen, 1993; NEF, 1994; Hammond et al, 1995).

The second aim is to provide a definition to the quality of human life, to be suggested as a cluster concept and an index to further measurements both of individual welfare, environmental balance and economic development, accordingly to the discussion about paradigmatic changes in social sciences and as a new premise to guide governmental choices. Quality of life is here addressed as a prior right of citizenship. Some social indicators about Brasil are provided and some issues are highlighted as suggestions to better measure the Brazilian quality of life.

Key words: quality of life / social-environmental indicators / sustainable development.

Introdução:

Este é um texto exploratório, que busca mapear um debate relativamente recente nas ciências sociais e ainda escasso entre nós, brasileiros, acerca da questão da qualidade de vida. As propostas deste debate são a de aprofundar uma reflexão sobre as premissas definidoras e norteadoras da busca do desenvolvimento e do bem-estar, do ponto de vista ético, ambiental, de plenitude humana, a fim de sugerir elementos para a elaboração de um novo conjunto de indicadores que mensurem, a um só tempo e de forma integradora, o bem-estar individual, o

* Professora-adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF/ICHF/GSO), Doutora em Sociologia pelo IUPERJ.

equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico. O conceito de qualidade de vida seria o fundamento deste conjunto de indicadores, aqui entendido enquanto um direito de cidadania (Ferreira, 1996).

As ciências sociais enunciam sinteticamente suas reflexões através de conceitos instrumentais. Para a realidade caleidoscópica e aparentemente aleatória, é assim construído um sentido. Por exemplo: um dos mais vigorosos paradigmas das ciências sociais é o conceito marxista da luta de classes, pelo qual se sintetiza toda uma teoria social cujas premissas concebem uma sociedade fundamentalmente baseada em classes sociais antagônicas e em contradição dialética. Outro conceito-síntese, de disseminação recente, é o de exclusão social, cunhado no dito mundo industrializado, para se referir aos novos mecanismos de disseminação da pobreza e de emergência de novos pobres na Europa, em situações nas quais os imigrantes internacionais formam os componentes da população mais desvalida, e em contextos de contrastes étnicos, religiosos e culturais (Gaudier, 1993). Para Touraine (1994)^[1], a contradição entre os socialmente incluídos e os excluídos formaria a nova dialética, o novo confronto que teria suplantado a contradição entre burguesia e proletariado no seio do capitalismo em sua presente etapa neoliberal.

Faria (1994), embora tenha reservas em relação aos aspectos funcionalistas da proposta do conceito de exclusão social, que para ele já teria sido sobejamente analisado pela sociologia latino-americana sob a expressão de marginalidade social (com Quijano, Nún, Cardoso, Germani, etc.), por outro lado chama a atenção para algumas possibilidades teóricas promissoras do uso deste novo conceito, por seu caráter articulador de diferentes vertentes da teoria social, ao integrar as noções de pobreza, privação, vulnerabilidade, falta de acesso a bens, serviços e valores, a direitos sociais e políticos, em suma, à cidadania. Neste sentido, o estudo da exclusão social diria respeito não apenas ao estudo dos mecanismos e processos conectados com a produção, manutenção e reprodução da pobreza (escassez de emprego, permanência das velhas estruturas rurais, instabilidade do trabalho urbano etc.), mas igualmente com aqueles aspectos conectados com a fragilidade institucional democrática, com a falta de educação, a falta de participação política, a falta de cidadania, aspectos agora reconhecidos também como geradores de pobreza, portanto retro-alimentadores e disseminadores da exclusão. Ou seja, aqueles aspectos que a tradição marxista clássica, inspiradora do estudo da marginalidade social na América Latina,

^[1] Alain Touraine, em fala durante o Simpósio sobre Classes Sociais, no XIII Congresso Mundial de Sociologia, ISA, em Bielefeld, julho de 1994.

considerava superestruturais, dependentes dos aspectos econômicos estruturantes, ganhariam nova dimensão teórica com a égide deste conceito, o de exclusão social.

O propósito deste artigo é o de propôr o uso do conceito de qualidade de vida para tentar obter o mesmo efeito teórico articulador e integrador, similar ao esboçado pela sociologia européia através do conceito de exclusão social: que a noção de qualidade de vida sirva de base para o desenho não da utopia e da perfeição impossíveis, mas para um compromisso ético de uma sociedade garantidora da vida, onde as potencialidades humanas não sejam brutalizadas nem a natureza destruída. Não é demais lembrar que os conceitos e paradigmas nas ciências sociais não apenas sintetizam análises, interpretam realidades e balizam pesquisas e estudos, mas constituem também um mote para a ação coletiva em uma ciência não-positivista.

Propomo-nos divulgar e debater três linhas de uma reflexão sobre qualidade de vida e sobre indicadores de sustentabilidade: 1) a primeira se iniciou em 1985, em Helsinki, com o World Institute for Development Economics Research (WIDER), das Nações Unidas, e que em 1988 promoveu uma conferência, organizada pela filósofa Martha Nussbaum e pelo economista indiano Amartya Sen, sobre Qualidade de Vida, o que resultou em um livro de referência obrigatória. A esta discussão sobre qualidade de vida aproximamos duas outras sobre indicadores de sustentabilidade: 2) um seminário organizado em 1994, em Londres, pela New Economics Foundation, intitulado "Accounting for Change" (Contabilidade/responsabilidade para Mudar); 3) outra, apresentada pelo World Resources Institute, em 1995, propondo uma metodologia nacional de indicadores ambientais, com vistas à tomadas de decisões em escala internacional. Após resumir os pontos mais relevantes destes debates, apresentaremos alguns indicadores brasileiros e, por último, abordaremos as possibilidades do conceito de qualidade de vida como um instrumental sociológico, um novo campo não só de estudos mas de intervenção, que estaria definido pelo estudo substantivo, descritivo e normativo, das condições de vida social, econômica e ambiental (algo que extrapola a racionalidade incompleta da noção econômica de desenvolvimento).

O que é qualidade de vida? Rejeitando a subjetividade, relatividade e obviedade da questão

O que é exatamente qualidade de vida e qual seria o grau de prioridade desta discussão em um país onde milhões de pessoas não têm suas necessidades básicas atendidas? À primeira vista, parece uma discussão secundária, a ser feita apenas depois de cumpridas certas etapas. Mais ou menos como, por exemplo, discutir a qualidade do feijão apenas depois de garantir que haja feijão, inda que duro ou queimado. Uma outra possível reticência com o tema estaria vinculada aos seus

aspectos subjetivos e suas variações culturais. Mas seria a qualidade de vida algo mesmo por demais subjetivo para que pudesse se constituir em objeto de estudo? Seria uma questão puramente adjetiva, de grau, um valor meramente subjetivo, fora, portanto, do campo científico? Seria um luxo (como o faz supor a publicidade em geral, sempre a vincular qualidade de vida a requinte e sofisticação, ao "detalhe que faz a diferença"), e, portanto, algo supérfluo diante de questões mais substantivas, como garantir um "patamar mínimo de dignidade e de condição humana"? Mas, qual é este patamar e como definí-lo? Como determinar as "necessidades básicas"? E quem as determina? Pressupor que o debate sobre qualidade de vida excede ao debate prioritário sobre o fim da miséria não seria mais uma discriminação que perpetuaria a desigualdade e injustiça sociais?

As carências habitacionais e alimentares da população desvalida tendem a ser pontual e parcialmente assistidas através de programas mais ou menos modestos e paliativos, a beneficiar apenas pequena parcela de amplíssimo contingente populacional que permanece desatendido. São intervenções tidas como realistas e viáveis, que projetam casas populares de 16 m² para grupos familiares de cerca de 10 pessoas; que visam a produção e distribuição de leite de soja de "vacas mecânicas" que um presidente brasileiro considerou "intragável"; que produzem sopas industriais para crianças pobres subnutridas, feitas com as "xepas" (sobras) do mercado hortigranjeiro. São ainda decisões governamentais que autorizam a instalação de complexos industriais altamente poluentes em nome da abertura de um mercado de trabalho que transforma pescadores em desempregados. A crítica a estas iniciativas pode ser vista como preciosismo romântico: como questionar a construção dessas "casas", quando a alternativa é o barraco de papelão sob os viadutos, ou simplesmente as ruas? Não será superficialismo discutir o leite da vaca mecânica e a xepa para as crianças pobres, quando a alternativa parece ser a de deixá-las à míngua? Não será romantismo defender florestas e águas puras, quando a alternativa é a de ter uma população desempregada e miserável? Críticas assim são, todavia, importantes, pois abrem espaço para perguntas cabais: por que, exatamente, os governos não podem trabalhar com a real possibilidade de prover todas as crianças de leite natural, carnes e frutas frescas, prover os sem-teto de habitações onde realmente todos caibam e a população, a um só tempo, possa ter emprego racional e ambiente ameno e equilibrado?

Mencionamos até aqui a primeira relutância em discutir e examinar o que é qualidade de vida, e que se baseia em entender que qualidade de vida é algo adjetivo e relativo. Há outras críticas ao tema: a questão do entendimento sobre o que é qualidade de vida também pode ser vista como desnecessária, não por ser desimportante ou pouco palpável, mas pela sua obviedade. Algo que ninguém saberia definir, mas que, parodiando a referência da poeta Cecília Meirelles à

liberdade, todos entendem o que é. Talvez por isto a ênfase dos estudos sobre qualidade de vida enfoque predominantemente a sua mensuração, ficando embutido na escolha sobre o que mensurar os pressupostos do que se entende venha a compor a qualidade de vida.

A avaliação/mensuração sobre a qualidade de vida de uma população vem sendo proposta de duas formas:

1) em primeiro lugar, examinando-se os recursos disponíveis, a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades. Por exemplo, podemos analisar as condições de saúde pela quantidade de leitos hospitalares e número de médicos disponíveis, ou o grau de instrução pelo número de escolas, jornais publicados, níveis de escolaridade atingidos, etc; podemos avaliar as condições ambientais pela potabilidade da água, coliformes e partículas de substâncias nocivas em suspensão, pela emissão aérea de poluentes, pela quantidade de domicílios conectados às redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, pela dimensão per capita de áreas verdes e espaços abertos urbanos disponíveis para amenizar a paisagem cinza do concreto e asfalto urbanos..

2) Uma segunda forma de estimar a qualidade de vida é avaliar as necessidades, através dos graus de satisfação e dos patamares desejados. Podemos, assim, tentar mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, pelos estágios de consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentados (Scanlon, in Nusbaum & Sen, 1995: 185); ou a partir de um julgamento que se propõe substantivo, feito pelo próprio pesquisador, sobre o que tornaria a vida melhor. Em todos eles, devemos levar em conta que a definição do que é qualidade de vida variará em razão das diferenças individuais, sociais e culturais e pela acessibilidade às inovações tecnológicas. Dado ao efeito-demonstração, a diferença entre o que temos e o que queremos tende a existir sempre. A história registra exemplos de governos e nações que buscaram escapar deste efeito fechando fronteiras, impondo e contendo padrões culturais, em fórmulas ditatoriais que se revelaram causadora de infelicidades pela desconsideração dos direitos individuais e pela imposição de limites e de padrões às individualidades. Querirá isto significar que o tema é impossível?

No plano individual, a avaliação da qualidade de vida pela distância relativa entre o que se deseja e o que se alcança pode confundí-la, por um lado, com resignação (no caso da pouca distância entre o que se tem e o que se quer). Não vamos entrar aqui na discussão se os anelos do tipo do personagem de Orestes Barbosa na canção Chão de Estrelas (querer da vida apenas a cabrocha, o luar e um violão, em um barraco coberto por zinco furado onde se repartem trapos

coloridos) são marcas de uma sabedoria zen e despojada ou se seria um hino de resignação à pobreza. No extremo oposto, a percepção queixosa sobre a baixa qualidade da própria vida poderia estar relacionada a um consumismo desenfreado (tal foi a hipótese de Marcuse nos anos 60, no contexto europeu, para quem o consumismo explicaria porque nos sujeitamos a permanecer na infelicidade da exploração, submetendo-nos a esforços de trabalho dispensáveis em um mundo que já teria condições tecnológicas para nos fazer viver com mais constância as alegrias do não-trabalho em uma praia limpa, nos dias ensolarados de verão). Ou seja, escravos do consumo, estaríamos condenados a querer mais, a amalhar mais e, portanto, a não gozar a vida pela vida. Este enfoque tende a enxergar na publicidade aspectos simplesmente manipulatórios, levando-nos a querer o que normalmente não quereríamos.

Marcuse, e os ambientalistas que influenciou, mostraram proximidade com o pensamento clássico de Durkheim no que tange à diferença entre o prazer e a felicidade e com a sua apologia à moderação. Dizia Durkheim ser a felicidade um estado geral e constante, enquanto o prazer é uma espécie de crise, que dura um momento e morre. O que definiria a felicidade seriam as disposições permanentes, a saúde psíquica e moral no seu conjunto. Sendo a felicidade uma constante, ela não aumentaria com o progresso, pois, para Durkheim, haveria uma intensidade normal de todas as nossas necessidades intelectuais, morais, físicas, que não poderia ser ultrapassada: tudo que fosse além desta medida ou nos deixaria indiferentes ou nos faria sofrer. A felicidade estaria estreitamente vinculada à moderação, a um desenvolvimento moderado, sem acumular indefinidamente estímulos^{2[2]}. O autor criticava o utilitarismo, que supunha que a felicidade crescesse com o progresso, e o psicologismo, que imputava à busca da felicidade as causas da realização do progresso humano.

É difícil, se desejável fôsse, arbitrar o que seria "normal" desejar. O que temos são exemplos, trazidos pelas sociais-democracias, de definição de patamares mínimos de bem-estar a serem coletivamente assegurados, não de patamares máximos. Foram as sociais-democracias, incorporando às suas políticas as reivindicações do movimento trabalhista, em um contexto de pluralidade, que institucionalizaram a busca do bem-estar como agenda prioritária governamental. Segundo Furtado, o Estado de bem-estar social (welfare state) foi *"a maior experiência de solidariedade que já se inventou, a grande vitória e a nobreza da democracia moderna. A sociedade assume o destino das pessoas, ninguém é abandonado."*^{3[3]}. Não cabe aqui nos limites deste artigo nos estendermos sobre o Estado Previdenciário, seu funcionamento pleno entre as

^{2[2]} Durkheim, 1977, vol 2, pp 19-22.

^{3[3]} Entrevista à Revista Veja, 08/01/97.

décadas de 1950-70 e seu desmonte na atual conjuntura, mas alguns estudos dos indicadores que lhes guiaram os passos merecem ser mencionados.

O Sistema de Bem-Estar da Escandinávia definiu princípios subjacentes para seus indicadores sociais, baseados em 03 verbos considerados básicos à vida humana - *ter*, *amar*, *ser* (Allardt, in Nussbaum & Sen, 1995:88):

Ter, refere-se às condições materiais necessárias a uma sobrevivência livre da miséria: recursos econômicos (medidos por renda e riqueza); condições de habitação (medidas pelo espaço disponível e conforto doméstico); emprego (medido pela ausência de desemprego); condições físicas de trabalho (avaliado pelos ruídos e temperaturas nos postos de trabalho, rotina física, stress); saúde (sintomas de dores e doenças, acessibilidade de atendimento médico); educação (medida por anos de escolaridade).

Amar diz respeito à necessidade de se relacionar a outras pessoas e formar identidades sociais: união e contatos com a comunidade local; ligação com a família nuclear e parentes; padrões ativos de amizade; união e contatos com companheiros em associações e organizações; relações com companheiros de trabalho.

Ser refere-se à necessidade de integração com a sociedade e de harmonização com a natureza, a serem mensuradas com base nos seguintes princípios: em que medida uma pessoa participa nas decisões e atividades coletivas que influenciam sua vida; atividades políticas; oportunidades de tempo de lazer; oportunidades para uma vida profissional significativa; oportunidade de estar em contato com a natureza, em atividades lúdicas ou contemplativas.

No conjunto das condições materiais vinculados a ter, Allardt propôs a introdução dos aspectos ambientais, que seriam mensurados pelos seguintes indicadores: grau de partículas de enxofre no ar; acidificação (PH) do solo, das águas correntes e dos lençóis freáticos; concentração de ácido nítrico no ar, no mar e nas águas; excesso de algas nos mares e lagos; depósito de metais pesados no solo e nas águas; concentração de mercúrio em peixes etc.

Os indicadores mencionados poderiam ser medidos também através de aspectos subjetivos (1995: 93):

	Indicadores objetivos	Indicadores subjetivos
--	------------------------------	-------------------------------

Ter - condições materiais	Medidas objetivas do nível das condições ambientais e de vida	Sentimentos subjetivos de satisfação/insatisfação com tais condições
Amar - necessidades sociais	Medidas objetivas de relações interpessoais	Felicidade-infelicidade - sentimentos subjetivos sobre as relações sociais
Ser - necessidades de crescimento pessoal	Medidas objetivas da relação das pessoas com a sociedade e com a natureza	Sentimentos subjetivos de alienação/crescimento pessoal

Erikson (in Nussbaum & Sen, 1995: 67) estudou três surveys feitos na Suécia, respectivamente em 1968, em 1974 e em 1981, sobre recursos efetivos de qualidade de vida. Para o primeiro estudo, 6.000 pessoas entre 15 e 75 anos foram entrevistadas. Em 1974 e em 1981, os sobreviventes de menos de 76 anos deste grupo, mais uma população jovem e imigrada também o foram. Buscava-se saber quais as mudanças ocorridas, as diferenças em nível de vida entre os diferentes grupos (homens e mulheres, classes sociais, idade, regiões) com o passar dos anos. O survey enfocava 9 pontos, mensurados de maneira específica:

1- Saúde e acesso a cuidados médicos	Capacidade de andar 100 metros, sintomas de doenças, acessibilidade a médicos e enfermeiras
2 - Emprego e condições de trabalho	Experiências de desemprego, demandas físicas, dispendidas, possibilidade de deixar o posto de trabalho durante a jornada
3 - Recursos econômicos	Renda e riqueza, propriedade, capacidade de cobrir despesas inesperadas de até um mil dólares em uma semana
4 - Educação	Anos de escolaridade, nível mais alto de escolaridade alcançado
5 - Integração familiar e social	Estado civil, contatos com amigos e parentes
6 - Habitação	Número de pessoas por cômodo, amenidades (conforto doméstico)

7 - Segurança de vida e de propriedade	Exposição à violência e a roubo
8 - Recreação e cultura	Tempo de lazer, viagens de férias
9 - Recursos políticos	Voto em eleições, filiação a sindicatos e partidos políticos, capacidade de apresentar demandas e reclamações

O objetivo era examinar os graus de desigualdade social existentes entre diferentes segmentos, a fim de criar políticas promotoras de bem-estar para aqueles identificados como mais vulneráveis.

Amartya Sen (Nussbaum & Sen, 1995: 30) define qualidade de vida a partir de dois conceitos: capacitação (capability), que representa as possíveis combinações de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser, e funcionalidades (functionings⁴⁴¹), que representa partes do estado de uma pessoa - as várias coisas que ela faz ou é. Assim, a capacitação reflete, em cada pessoa, as combinações alternativas de funcionalidades que esta pessoa pode conseguir. Desta forma, a qualidade de vida pode ser avaliada em termos da capacitação para alcançar funcionalidades, tais como as funcionalidades elementares (nutrir-se adequadamente, ter saúde, abrigo etc.) e as que envolvem auto-respeito e integração social (tomar parte da vida da comunidade). A capacitação de uma pessoa dependerá de um conjunto de fatores, incluindo-se aí características de personalidade mas, principalmente, de arranjos sociais; a intenção de Sen, com o uso do termo capacitação, é a de enfatizar a análise política e social das privações. Por exemplo, se uma pessoa pode viver livre da ameaça da malária, isso significa que ela tem esta capacitação para alcançar tal vida, graças à ação de outros, tais como a dos pesquisadores de medicamentos, dos epidemiologistas, da saúde pública etc. Dito de outra forma, para Sen a capacitação não se mede pelas realizações efetivas de uma pessoa, mas pelo *conjunto de oportunidades reais que ela tem em seu favor*. A qualidade de vida não deve, portanto, ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas, através destes, das *oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para ser*. Oportunidades dadas pelas realizações coletivas, passadas e presentes.

Observe-se que nas considerações dos autores citados - Allardt, Erikson, Sen - e nas premissas dos indicadores sociais escandinavos, o bem-estar tem como ingredientes básicos: 1) a questão política da possibilidade de influenciar nas decisões que dizem respeito à coletividade e

⁴⁴¹David Crocker o traduz como "efetividades". Lua Nova n. 31, São Paulo, 1993.

de participar na vida comunitária; 2) ser beneficiado com as ações passadas e presentes da coletividade.

Mensuração e interpretação de indicadores de qualidade de vida:

Em frase frequentemente citada, imputada a Galileu, só seria objeto de ciência o que pudesse ser medido. Para a filósofa Martha Nussbaum, ao contrário, mensurar, no caso das ciências sociais, seria pseudo-ciência. Diz-nos ela que as ciências sociais tem duas alternativas igualmente impalatáveis, intragáveis: 1- a que vê a ciência social como uma ciência natural e que reduz o qualitativo ao quantitativo; 2 - a que, procurando restaurar as interpretações, descamba para o relativismo, desistindo da razão prática. A proposta de Nussbaum é que podemos sair do pseudocientifismo desengajado, sem abandonar entretanto, o argumento racional, enfocando o pedaço e não o todo, as particularidades das situações históricas das pessoas, o biográfico e não o abstrato, tentando ser comparativo e não absoluto. E também não discriminando paixões e aspectos subjetivos, pois as paixões correspondem a um sistema de avaliação das pessoas, com suas crenças sobre o que tem e o que não tem valor.

Queria isso dizer que não devemos perder nosso tempo com indicadores, que eles sempre variarão ao sabor das intenções, sendo, portanto, pouco confiáveis?

Cobb^{5[5]}, ao contrário, insiste em que precisamos criar indicadores e índices que ajudem a construir um futuro mais desejável e seguro. Precisamos mensurar, sim, e fazê-lo principalmente em termos monetários. "O que não é contado, não conta, não é percebido", escreveram MacGillivray e Zadek^{6[6]}, citando um velho adágio. Criar indicadores deve ser visto como parte de um esforço para redefinir poder, desafiando a forma pela qual o poder é usualmente retratado e arquitetando políticas operacionalizáveis, baseadas em concepções alternativas de poder. Para Cobb, os indicadores alternativos, contudo, padecem da fragilidade de não estarem expressos em termos monetários, como o PIB está.

Cifras (dados primários), estatísticas e porcentagens (dados analisados), os indicadores deles derivados e sua expressão em índices são muito úteis, face ao seu poder de concisão, condensando o quadro de uma situação em um período específico. Formam a chamada "pirâmide informacional" (Hammond et al, 1995). Os indicadores facilitam a tomada de decisão, pois, pelos processos de quantificação e simplificação da informação, informam/formam a opinião pública, teóricamente de importância vital em sistemas democráticos.

^{5[5]} COBB. Imagery and Indicators, in Accounting for Change, NEF, 1994: 37

^{6[6]} Accounting for Change. The New Economics Foundation, Londres, 1994.

Os indicadores, além de condensarem informações para as tomadas de decisões referentes às escolhas políticas, têm também a função de espelhar a forma e os rumos que toma essa coisa gigantesca e misteriosa que é o coletivo. O cidadão comum é levado a perceber a sociedade na qual está mergulhado, não apenas através da sua experiência imediata, mas através das sinalizações e interpretações daqueles que têm a tarefa de perscrutar o cenário social no seu conjunto e nos seus rumos e horizontes. Os cientistas sociais e os jornalistas são, assim, olheiros e intérpretes que produzem, interpretam e divulgam os indicadores. A objetividade e exatidão destes dados, entretanto, estarão sujeitas a diferentes interpretações e mesmo a distorções e manipulações, intencionais ou não. O jornalista político Villas-Bôas Corrêa, por exemplo, desconfiou do Relatório de Desenvolvimento do Banco Mundial, concluído em junho/95, que colocava Botsuana no penúltimo lugar - acima do Brasil, que "*fechava a lista da vergonha dos países de maior desigualdade social e de renda*":

... "a ONU contou a dedo, com impressionante precisão, que no Brasil agonizavam, nos limites extremos da privação alimentar, 31 milhões, 679 mil e 95 pessoas. A bisbilhotice competente desmontou a trapalhada. E reduziu a estimativa para 10 milhões de famintos. Se não aliviou nosso vexame, dimensionou o desafio à sensibilidade do governo em tamanho assustador mas, em todo o caso, solucionável a médio prazo (...) Com 31 milhões não tinha jeito. As crianças de rua, na estatística da indignação, chegavam à casa do milhão. Na verdade, deve ficar por 10 mil em todo o país, problema no nível razoável de solução municipal (...) Francamente, não é preciso exagerar nossa miséria para tocar o sino do alarme (...) Aqui para nós: alguém acredita mesmo que o Brasil fique abaixo de Botsuana em qualquer estatística que se preze?" (Jornal do Brasil, 11/8/95).

O jornalista se referia aos seguintes dados: no Brasil os 40% mais pobres detinham 7,0% das rendas, enquanto que os 10% mais ricos detinham 50,6%. Relacionando-se estas duas cifras, chegava-se a um indicador de 7,2, pior que o de Botsuana, de 5,5. O Brasil aparecia, assim, como o pior país em distribuição de renda, enquanto que os melhores, cujo indicador era 1,0, eram a Holanda, a Bélgica, a Hungria e o Japão. Os Estados Unidos, nosso modelo tradicional, tinham seus 40% mais pobres detendo 17,2% das rendas e os 10% mais ricos 23,3%, o que lhes colocava a cifra de 1,4 como indicador⁷¹⁷.

O estudo "O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar" (Min. do Planejamento-IPEA, 1993), realizado com base em dados do IBGE/PNAD de

⁷¹⁷Fonte: Psacharopoulos, 1991, transcrito por Fernando Dantas na Gazeta Mercantil, 24/2/97

1990, constatara que o país tinha, naquele ano, 31.367.096 indigentes, assim definidos como as pessoas que têm renda inferior ao preço de uma cesta básica, orçada em 65 dólares. Destas, 54,53% estavam nos estados do Nordeste e 38,09% nas regiões sul e sudeste, as mais desenvolvidas e populosas do país.

A quantidade verossímil de brasileiros indigentes tornou-se um ponto polêmico e outro estudo, também do IPEA, reduziu esse montante para 16,6 milhões, ou 12 % da população brasileira de 1990^{8[8]}.

O estudo do mapa da fome no Brasil tinha um propósito digno e louvável, que era o de provocar a indignação e a ação imediata. Betinho (o sociólogo Herbert de Souza, dirigente da ONG Ibase) deu a ele o destaque político necessário, invocando tais resultados na sua retórica de constituição do Movimento da Cidadania contra a Fome e a Miséria, que inspirou e buscou incentivar, assim jogando o jogo dos indicadores ao qual MacGillivray e Zadek se referiam. Parte da melhor imprensa brasileira também vem desempenhando o mesmo papel neste jogo, que consiste em possibilitar à sociedade brasileira enxergar-se a si mesma: *"o real problema do Brasil"*, escrevia a Revista Veja em 19/12/90, *"chama-se miséria e envolve 60 milhões de cidadãos que não têm casa, nem escola para colocar os filhos, nem esperança. É uma população maior que a de países como a França e a Coréia do Sul e equivale a duas vezes a Argentina"*. À mesma época, a revista publicava a matéria intitulada "Os anos da pobreza", relatando levantamento inédito de Juarez Brandão Lopes, da Unicamp, e de Andréa Gottschalk, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - Seade - no qual se mostrava que, quando a década de 1980 se iniciou, a Grande São Paulo tinha cerca de 3,6 milhões de pobres e 1,7 milhões de miseráveis, segundo o IBGE. Quando esta década terminou, os seus pobres haviam aumentado para 4,7 milhões e os miseráveis para 3 milhões.^{9[9]}

O índice de GINI^{10[10]} da distribuição do rendimento mensal dos brasileiros de 10 anos ou mais de idade era, para dados de 1993, de 0,603.^{11[11]} Outros indicadores são usados para dar os contornos da nossa desigualdade e das condições de vida do nosso povo, em comparação com as de outros países: segundo dados de 1990, do Dieese e da OIT, a jornada de trabalho no Brasil era de 44 horas semanais, a 2,79 dólares a hora, enquanto que na Alemanha era de 39,5 horas a um custo/hora de 21,30 dólares e na Coréia 49,8 horas a 4,16 dólares. Outros estudos estimam que

^{8[8]} Estudo da economista Sonia Rocha, em "Governabilidade e Pobreza", Lícia Valladares & Magda Prates Coelho, Ed. Civilização Brasileira, 1994).

^{9[9]} Revista Perspectiva, Sead, julho de 1990.

^{10[10]} Índice que mensura o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima)

^{11[11]} PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE, 1993.

existem 60 mil pessoas no país ainda submetidas a um sistema clandestino de escravidão (Mato Grosso do Sul, sul do Pará, sudoeste do Maranhão, Alagoas, Bahia e Sergipe.^{12[12]}

No contrafluxo destes indicadores, o governo atual ofereceu outros dados e outras interpretações: o Presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, ao fazer o balanço de 30 meses de Plano Real, comparou-o a uma "revolução silenciosa", através da qual vem se construindo "a felicidade do povo brasileiro":

"A exclusão social começa a dar lugar à inclusão social. Treze milhões de brasileiros já deixaram a linha da pobreza. As classes D e E diminuíram 17% e as classes A e B cresceram 21%. O rendimento dos 10% mais pobres da população dobrou. (...) Carne bovina, ovos, congelados, iogurte e conservas passaram a frequentar mais a mesa dos brasileiros. As classes D e E já são responsáveis por 30% do consumo de produtos como biscoitos, iogurte e macarrão instantâneo. Aumentou também o número de residências com geladeira, TV em cores, freezer, produtos eletrônicos e eletrodomésticos. Os mais pobres começam também a ter acesso a aparelhos de CD e TV a cabo. (...) As vendas de cimento cresceram 12% em 1995 e 21,5% no primeiro semestre deste ano. Estudos indicam que mais da metade da produção do ano passado foi utilizada por pessoas que construíram sozinhas suas casas. (...) O Brasil registrou em maio último o maior consumo de gasolina de sua história. Cresceu também o uso de energia elétrica. (...) Na Previdência Social, o aumento real médio dos benefícios foi de 39% entre 94 e 96. Só neste ano, a Previdência incorporou 710 mil novos beneficiários. Ela atende também, agora, 280 mil deficientes, 40 mil idosos e 340 mil crianças e adolescentes. Isso é dar renda a quem não tinha renda até agora. (...) Meu compromisso de governo é - para usar a expressão da filosofia da Grécia Antiga - com a construção da felicidade do povo brasileiro. (...)"^{13[13]}

Cardoso, como vemos, mensura a qualidade de vida pelo padrão de consumo, incluindo na avaliação da sua melhora também o aumento do consumo de gasolina (o que é duvidoso, pois este aumento pode significar também o incremento dos engarrafamentos estressantes, bem como do aumento da poluição urbana, etc., em um país onde a boa qualidade do transporte deveria ser mensurada através da qualidade dos serviços da rede de coletivos disponíveis,

^{12[12]} José de Souza Martins (USP).

^{13[13]} Fernando Henrique Cardoso, "Uma Revolução Silenciosa", Folha de São Paulo, 29/12/96.

principalmente da rede sobre trilhos). Para Cardoso, a pobreza vem diminuindo e, em consequência, os níveis de estratificação social também se modificam.

Pesquisas dos economistas Ricardo Paes de Barros, Rosane Mendonça e Marcelo Néri, do IPEA, questionam a relação de sinonímia que Cardoso atribui à pobreza e desigualdade: "*pobreza é uma coisa e desigualdade é outra, e a desigualdade não caiu depois do Real*". Para eles, a desigualdade brasileira é estrutural e uma de suas causas é a desigualdade educacional (um brasileiro com nível superior de educação ganha, em média, quinze vezes mais que um analfabeto). Se houve aumento do bem-estar dos mais pobres no Brasil depois do Plano Real através do aumento do consumo, no que diz respeito à renda do trabalho os ganhos foram poucos, e atribuídos aos aumentos do salário mínimo e à contenção da inflação^{14[14]}.

Outro exemplo do uso tático-estratégico da pirâmide informacional remete à comparação ao nível mundial, para insistir na contradição centro/periferia:

"...Segundo as estatísticas do Banco Mundial, a população de todo o mundo é estimada em 4 bilhões 736,2 milhões de habitantes (dados de 1988). Destes, 15,86% vivem nos países da OCDE, o clube dos países imperialistas. Por outro lado, a produção de bens e serviços foi avaliada em 14,018 trilhões de dólares. Deste total, os países ricos da OCDE se apropriam de 13,603 trilhões de dólares, sobrando para o resto do mundo, com quase 4 bilhões de pessoas, somente 3,415 mil bilhões de dólares ao ano. Em resumo, 15,86% da população do planeta se apropria de 79,93% da produção mundial, enquanto que a parte dos países pobres, 84,14% percebe somente 20,07 desta produção... Na população entre 20 e 24 anos de idade, 30% na OCDE está matriculada em cursos superiores. No Brasil 11%... e nos países mais pobres cai para 3%. Na OCDE, somam-se 450 habitantes para cada médico... no resto do mundo temos a média de 7.891,3 habitantes por médico...O índice de mortalidade infantil na OCDE é de 24 óbitos para cada mil nascidos vivos. Já na América Latina 95 em cada mil nascidos vivos morrem antes de completar 5 anos de idade...Enquanto que na OCDE os 10% mais ricos se apropriam de cerca de 24% da renda nacional, no Brasil os 10% mais ricos se apropriam de 46,2% da renda do país (dados de 1985). (Agenor Silva Jr. Revista Princípios n. 20, órgão do PC do B, 1991)

Propondo novos indicadores:

^{14[14]} Fernando Dantas: Brasil de desigualdades resiste ao Plano Real. Gazeta Mercantil, 24/2/97.

Como vimos, os indicadores constituem informações condensadas, simplificadas, quantificadas, que facilitam a comunicação, comparações e o processo de decisão. Os indicadores sociais propõem-se, ainda, a ser um incentivo para a mobilização da sociedade afim de pressionar os que tomam as decisões.

Históricamente, os indicadores começaram a ser usados em escala mundial em 1947, quando se disseminou a medição do Produto Interno Bruto (GNP - "Gross Domestic Product") como indicador de progresso econômico. Em meados da década de 60, os indicadores sociais foram inaugurados, substituindo a mera ênfase no crescimento econômico por novos conceitos: "necessidades básicas", "self-reliance", "crescimento com equidade", "grass-root development", "participatory development", "empowerment". Alguns deles até de difícil tradução entre nós, tão distante é a nossa realidade destas orientações, tal como "self-reliance" (autonomia), "grass-root" (comunidades e associações de base, locais) e "empowerment" (fortalecimento das associações de base, dos movimentos sociais).

Quem estuda a temática do desenvolvimento já conhece bem o debate sobre a ineficácia dos indicadores tradicionalmente usados na tentativa de mensurá-lo, sendo a maior crítica a que aponta a ineficácia de se quantificar o PIB per capita sem se ter o pulso da real distribuição de renda. A própria metodologia de mensuração do PIB é inadequada, pois pode contabilizar como atividades econômicas ações na verdade destrutivas, como desmatamentos e demolições e até mesmo imorais, como as empresas de prostituição e de tráfico de crianças. Em termos internacionais, o PIB per capita também pouco indica: segundo Sen (1985), Índia e China, por exemplo, são países próximos em termos de PIB per capita, mas muito diferentes em termos de capacitação de sobrevivência e de educação.

Em 1990 a ONU, dando-se conta do caráter restritivo do PIB, deu início a medição de um desenvolvimento com rosto humano, através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano/HDI), que sintetiza quatro indicadores (expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB/capita) e dispõe os cerca de 160 países em um ranking. Tratava-se de se ater a aspectos de fácil mensuração e que refletiriam a efetiva boa consequência do desenvolvimento na vida das pessoas. Seus pressupostos são óbvios: quanto maior a instrução, maior a informação e a predisposição para a ação positiva; quanto mais universalmente distribuída a educação, menos concentrada será a renda; quanto mais assistida uma pessoa - em nutrição, saúde, saúde pública, salubridade no trabalho, segurança contra formas de violência - mais longa sua expectativa de vida.

De acordo com os relatórios anuais de IDH da ONU, o Brasil teria as seguintes posições em uma listagem de 160 países, encabeçada pelo Canadá e Japão - com um índice próximo a 1.0 - e que tem a Guiné e a Nigéria como "lanterninhas", com índices em torno de 0,22:

Posição do Brasil no ranking mundial de IDH

Ano	Índice de IDH	Posição no ranking de IDH	Posição no ranking de PIB/capita
1990	0,739	62o	65.o
1992	0,804	63o	64o
1993	0,796	58o	58o
1994	0,756	63o	52o

Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano, ONU

Os Indicadores Ambientais

Foi ao final da década de 80 que os indicadores ambientais começaram a ser estudados, em trabalhos pioneiros do Canadá e da Holanda, seguidos pelas propostas da OCDE. Em 1993, órgãos da ONU formaram um grupo de trabalho sobre a questão; em 1994 e 1995 conferências e seminários se sucederam, organizados pelo Banco Mundial, pelo Programa da ONU para o Meio Ambiente, pelo Comitê Científico sobre Problemas Ambientais (SCOPE) e pela Comissão da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD)^{15[15]}. Como se pode perceber, trata-se de uma temática sobremodo recente.

Os indicadores ambientais são modelos que descrevem as formas de interação das atividades humanas com o meio ambiente, entendido este como:

- 1 - fonte de recursos: minerais, energia, alimentos, matérias primas em geral;
- 2- depósito de rejeitos: lixo industrial e doméstico; efluentes líquidos e gasosos; lixo tóxico;
- 3- suporte da vida humana e da biodiversidade.

^{15[15]} Cf Hammond et al. Environmental Indicators. World Resources Institute, 1995.

Os indicadores ambientais podem se referir: 1) ao estado físico ou biológico do mundo natural (indicadores de estado); 2) às pressões das atividades humanas que causam modificações deste estados (indicadores de pressão); e 3) indicadores das medidas da política adotada como resposta a estas pressões, na busca da melhora do meio ambiente ou da mitigação da degradação (indicadores de resposta). O quadro abaixo os sistematiza, em relação aos problemas definidos como ambientais:

MATRIZ DE INDICADORES AMBIENTAIS^{16[16]}

Problemas	Ind. de Pressão	Ind. de Estado	Ind. de Respostas
Alterações climáticas	Emissões de GHG	Concentrações	Medidas ambientais; intensidade de energia
Buraco da camada de ozônio	Produção; emissões de halocarbonos	Concentrações de clorinos; O3	Protocolos assinados; recuperação de CFC; contribuição para um fundo
Eutrofização	Emissões de N e P na água e solo	Concentrações de N, P BOD	Tratamento; investimentos e custos

^{16[16]} Hammond et al, op. cit, pp 13.

Acidificação	Emissões de SOx, NOx, NH3	Depósitos; concentrações	Investimentos; assinaturas de acordos
Contaminação tóxica	Emissões de metais pesados, POC	Concentrações de metais pesados, POC	Recuperação de rejeitos; investimentos/custos
Qualidade de vida urbana	Emissões de VOC, NOx, SOx	Concentrações de VOC, NOx, SOx	Gastos; política de transporte
Biodiversidade	Fragmentação da terra; conversão de uso	Abundância de espécies comparada à área virgem	Proteção de áreas
Lixo	Geração de lixo doméstico, industrial e agrícola	Qualidade do solo e das águas subterrâneas	Taxa de coleta; reciclagem - investimentos e custos
Recursos hídricos	Intensidade de demanda/uso residencial, industrial e agrícola	Razão oferta/demanda; qualidade	Gastos; preço da água; políticas de racionalização do consumo
Recursos florestais	Intensidade do uso	Áreas degradadas; razão entre o uso e o crescimento sustentável	Áreas de proteção; manejo
Recursos pesqueiros	Pesca	Estoques sustentáveis	Política de quotas
Degradação do solo	Alterações de uso	Perda da camada superficial de proteção	Reabilitação/proteção
Zonas costeiras e oceanos	Emissões; derramamentos de óleo; depósitos	Qualidade da água	Gestão e manejo das zonas costeiras; proteção aos oceanos

Fonte: OCDE e PNUMA

(As alterações climáticas são atribuídas à emissão de gases - dióxido de carbono, metano, óxido nítrico, clorofluorcarbonos e halogênios - que causam o aquecimento da atmosfera e o efeito estufa. As políticas atuais objetivam reduzir suas emissões pela metade até o ano 2020; o buraco da camada de ozônio seria causado por substâncias lançadas à atmosfera e que catalizam a sua decomposição, aumentando, em consequência, a radiação de raios ultravioletas; a acidificação do solo, plantas, edifícios, etc é imputada ao dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio e amônia, na forma de chuvas ácidas e rejeitos líquidos; a eutrofização ocorre por um desequilíbrio ecológico causada pelo excesso de nutrientes, tais como fosfatos e nitrogênio, na água e solo, que se manifesta

por excesso de algas e conseqüente queda no suprimento de oxigênio, bem como no depósito de nitrato nas águas subterrâneas). É de se salientar, no quadro acima, a ausência surpreendente de menção à questão da energia nuclear e seus rejeitos, ativos por milênios.

Para a IUCN/UNEP/WWF (1991: 198 - 201), a sociedade ecológicamente sustentável é aquela que:

1. conserva a biodiversidade e os sistemas de suporte à vida;
2. assegura que o uso dos recursos renováveis seja sustentável e que a degradação dos recursos não-renováveis seja minimizada;
3. se mantém dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas.

O primeiro ponto, o da conservação da biodiversidade, seria atendido através de 4 políticas: a) políticas de prevenção, mensurando-se emissões tóxicas, a concentração de elementos tóxicos nas águas, os acidentes industriais e suas vítimas, o tipo de tratamento de lixo; b) políticas de restauração e de manutenção da integridade dos ecossistemas, mensurando-se as porcentagens de terras naturais, modificadas, cultivadas, construídas, degradadas, e as porcentagens ocupadas por florestas nativas; c) políticas de desenvolvimento de um sistema de áreas protegidas, mensurando-se a porcentagem de áreas legalmente protegidas; d) políticas de restauração e de manutenção das espécies e dos estoques genéticos, mensurando-se número de espécies ameaçadas de extinção, variedades tradicionais, etc.

Quanto ao segundo ponto, do uso sustentável dos recursos, a proposta da IUCN *et al* seria atendê-lo a partir da "avaliação da importância de cada setor para a renda e o emprego e de dois tipos básicos de dados a respeito da dimensão do estoque atual de recursos e do seu fluxo"; a avaliação da compatibilidade e conflito com a sustentabilidade de outros setores - sua sustentabilidade externa - também é destacada. Fica omissa, porém, o que fazer exatamente com um setor de produção inequivocamente degradador, porém economicamente vital para a renda e o emprego.

Um dos indicadores mais cogitados é aquele que mensura os custos de conservação pagos pelas indústrias e governos (o princípio do poluidor/pagador, por exemplo, a ênfase nas inovações tecnológicas dos filtros e de equipamentos e métodos de neutralização de efluentes, etc.). Outro destes indicadores diria respeito à participação efetiva das comunidades e dos grupos de interesse nas decisões que os afetam. Até que ponto estes têm uma fala decisiva sobre o planejamento e a gestão tanto da conservação quanto do desenvolvimento?

O terceiro e último ponto, o de manter-se dentro dos limites da capacidade de suporte, seria aferido através do consumo per capita de alimentos, água, madeira, minerais, energia, da geração de lixo municipal e industrial, e de lixo nuclear, calculado per capita e em relação ao PIB, das taxas de fertilidade e da densidade populacional.

Quanto a este último aspecto, faltou a IUCN/UNEP/WWF perceberem que a questão dos limites da capacidade de suporte vem sendo tangenciada na medida em que se ampliam espacialmente as redes de consumo e de produção, capturando-se novas áreas. Assim, a exaustão de uma localidade ou ecossistema se compensa e as necessidades da sua população ficam asseguradas ao alargar-se sua área de captação de bens (um primeiro mundo europeu sem florestas e que consome madeira asiática e brasileira, ou um sudeste brasileiro que consome madeira amazônica, por exemplo). Contudo, se a comunidade local não tem tal poder tentacular de garantir seus bens de consumo, ela tende a esvaziar-se e sua população irá pressionar áreas economicamente mais dotadas. Daí se conclui que a pressão sobre um ecossistema não se resume à população que o habita, não devendo pois, ser mensurada a partir apenas desta população. Face ao exposto, a capacidade de suporte precisa ter uma mensuração referida a cada ecossistema, sim, porém não limitada ao consumo per capita local.

Dentre os três pontos acima, definidores de sustentabilidade, as políticas ambientais dos governos e de outros agentes da sociedade tendem a se concentrar no primeiro, de defesa da biodiversidade. As iniciativas quanto à racionalidade ambiental no uso dos recursos naturais e quanto ao limite da capacidade de suporte, são tímidas não apenas na execução, mas até nas suas proposições.

Propostas

Se há os que advogam que a obsessão pela mensuração é um equívoco, que corremos o risco de comparar coisas diferentes, de escamotear especificidades, de simplificar o que por natureza é complexo, a ponto de mascarar realidades, de cair no canto ambiental entoado pelo dito primeiro mundo com o suposto objetivo de nos manipular e impedir nosso crescimento, por outro lado, não participar deste jogo pode significar a marginalização de interesses vitais no processo decisório. (*"Failure to play the indicators game can mean the marginalisation of vital interests in the decision-making process."* Alex MacGillivray & Simon Zadek, 1994:3)

Segundo Cobb, quando falamos ao público acerca de indicadores de sustentabilidade (entendida como desenvolvimento econômico e social *com* defesa e preservação ambiental), nos defrontamos com um problema de imagem, algo tido como um sonho impossível de idealistas e um objeto de ridículo para os mais realistas, ao passo que a economia é vista como produtividade e produtividade é poder. Associado aos indicadores de PIB sacralizados, há uma imagem de poder. Por isso, enfatiza Cobb, não bastaria simplesmente planejar, projetar novos indicadores para medir sustentabilidade, mas desenvolver uma estratégia de oposição à mitologia do poder que dá credibilidade ao PIB. Não é suficiente substituir a imagem viril e forte (sic) associada ao PIB pelas propostas de uma nova economia alternativa - *soft* - baseada na compaixão com os pobres e na sensibilidade em relação à natureza. Deveríamos desenvolver indicadores que desafiem o poder entrincheirado de um grupo étnico sobre o outro, dos homens sobre as mulheres, dos ricos sobre os pobres e dos humanos sobre a natureza, assim fortificando a resistência à ideologia do crescimento e da dominação. Assim, em lugar do PIB (GNP), Cobb propõe o *indicador de progresso genuíno* IPG (GPI - genuine progress indicator), a ser expresso em termos monetários. Trata-se da proposta de uma medida integrada que venha a combinar uma variedade de valores sociais e ecológicos em um único número, medido anualmente em termos monetários^{17[17]}. Englobaria o consumo pessoal^{18[18]}, adicionaria valor aos trabalhos domésticos e serviços para o capital e subtrairia custos associados à poluição, a acidentes, à perda de lazer, ao aumento do desemprego, à degradação dos recursos naturais. Cobb alega que os demais indicadores sociais já usados e aqui apontados não têm impacto porque não são expressos em valores monetários. Sendo calculados em uma mesma escala, PIB e IPG poderiam ser apresentados em gráficos um ao lado do outro, assim evidenciando o quanto nossas vidas pioram, enquanto a retórica governamental e empresarial alardeia avanços econômicos.

Todavia, mesmo indicadores como o IGP proposto serão insatisfatórios para descrever o nível de bem-estar de uma população, se não nos informarem sobre as disparidades espaciais e de classes, internas em cada país. Neste sentido, alguns estudos começam a serem realizados, comparando o IDH de municípios brasileiros^{19[19]}, estabelecendo também um ranking entre os mais e os menos desenvolvidos. Porém, dadas as desigualdades internas, que enquistam favelas em cidades

^{17[17]} Recentemente, um grupo de diferentes universidades americanas, chefiado pelo professor de Economia Ecológica. Robert Costanza, da Universidade de Maryland, avaliou em 33 trilhões de dólares anuais os benefícios econômicos fornecidos pela natureza para as atividades humanas.

^{18[18]} O que abre uma discussão: Consumo deve ser atributo positivo ou negativo? Para nosso atual presidente, e no nosso contexto, aumento de consumo é indício de bem-estar. Para o movimento ambientalista europeu e norte-americano, o consumo é o problema: "*abandon affluence*"; "*green, not greed*" são motes anti-consumistas.

^{19[19]} Ver, por exemplo, a pesquisa Condições de Vida nos Municípios de Minas Gerais, da Fundação João Pinheiro, onde se compara os anos de 1970 e 1991, a partir de 16 indicadores econômico-sociais.

e em bairros até bem situados no ranking das condições de vida, ou a políticas urbanas que tendem a ignorar a presença das favelas - nem chegam a aparecer em alguns mapas - esses estudos tendem a ser um mero exercício de adestramento metodológico para seus autores.

Propostas para um Índice de Qualidade de Vida - IQV

Mencionamos acima uma mudança paulatina na concepção do que é desenvolvimento, que tem evoluído desde uma mensuração isolada do PIB para indicadores que levam em conta fatores que indiciam o bem-estar humano. Assim, ao mudar-se da simples aferição do crescimento da produção para uma metodologia de avaliação que enfoque o bem-estar médio da população, afastamo-nos do equívoco de considerar boas aquelas sociedades que tenham contábilmente alto nível per capita de PIB, mas com sua gente mantida predominantemente iletrada e doente.

Contudo, as variáveis usadas pelo IDH para que se avalie o nível de desenvolvimento humano ainda não deixam perceber os níveis de qualidade de vida, por não incorporarem a dimensão ambiental: as pessoas podem ter boa escolaridade, longa expectativa de vida, acesso às riquezas geradas, mas morarem e trabalharem em locais poluídos, sujeitos a riscos, conviverem com águas sujas, respirarem poluentes e habitarem compactamente selvas de pedra deprimentes, onde as cores predominantes sejam os tons de cinza do cimento e do asfalto.

Assim, o real bem-estar tem de envolver também aspectos ambientais. Da mesma forma que não se pode considerar que tenha uma vida de qualidade uma pessoa que viva em cenários idílicos e hígidos, mas sem acesso à educação, aos serviços de saúde e à tecnologia contemporânea, tampouco pode ser bom ter tudo isso se não se tem um ambiente natural e saudável em torno.

O conceito de qualidade de vida é aqui proposto como um conceito no qual a questão ambiental se agregue aos demais itens hoje mensurados pelo IDH. Propomos que "qualidade de vida" seja definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais.

Assim, mensurar qualidade de vida implicaria em mensurar:

1. níveis de conhecimento e tecnologia já desenvolvidos e os mecanismos para o seu fomento;
2. canais institucionais para participação e geração de decisões coletivas e para resolução de dissensos;
3. mecanismos de acesso à produção (financiamentos);
4. mecanismos de acessibilidade ao consumo (distribuição de renda, de alimentos e acesso aos equipamentos coletivos - água, luz, saneamento, etc.);
5. canais democratizados de comunicação e de informação;
6. proporção de áreas verdes para a população urbana; proporção de áreas de biodiversidade protegidas;
7. organismos governamentais e não-governamentais voltados para a implementação da qualidade de vida (volume de recursos financeiros e de pessoal alocados para as políticas sócio-ambientais).

Listamos a seguir, de forma assistemática e não-exaustiva, alguns destes pontos indicativos da qualidade de vida no seu conjunto:

qualidade habitacional: média de pessoas por m² domiciliar; quantidade de domicílios ligados às redes de abastecimento de água, de eletricidade, de esgotos, de telefonia; extensão dessas redes e das vias urbanas calçadas;

qualidade educacional: matrículas escolares/ população em idade escolar; nível médio de escolaridade; nível médio de escolaridade feminina (considerada como fator alavancador de desenvolvimento); número de professores secundários/ população em idade escolar; número de jornais e de livros vendidos; número de livrarias disponíveis; número de centros culturais/ população;

qualidade da saúde: expectativa de vida; mortalidade infantil; morbidade materna; número de leitos e de médicos à disposição da população; relação de mortes por pacientes hospitalares; quantidade de proteína animal distribuída à população de menos de 15 anos, pela rede pública de ensino e pelas creches;

condições de trabalho: quantidade de acidentes de trabalho/ população trabalhadora industrial e agrícola; extensão das jornadas; níveis salariais médios por setor; presença de

mão de obra infantil/ total da população trabalhadora; o grau de diferença entre as rendas mais altas e mais baixas advindas do trabalho assalariado;

diversidade e horizontalidade na comunicação social: número de aparelhos de rádios e televisões; número de estações emissoras; número e tiragens de jornais impressos; quantidade de salas para cinemas e teatros; número de horas semanais de programas de rádio e tv por cidade com informativos sobre saúde, meio ambiente, cidadania e educativos em geral; comunicação comunitária (quantidade de jornais, emissoras de rádio e tv por bairro); quantidade de bibliotecas por cidade e bairro; relação de emissoras, jornais e revistas por proprietário; número de computadores ligados à Internet;

qualidade do transporte coletivo: assentos/hora disponíveis sobre trilhos para a população urbana e interurbana; assentos/hora por veículo coletivo; tempo médio de deslocamento entre a moradia e o local de trabalho;

qualidade ambiental urbana: área verde e/ou áreas amenas urbanas per capita; distância média das moradias a essas áreas; níveis de emissão de CFC (clorofluorcarbono), de dióxido de carbono e de outros dejetos químicos; volume e qualidade da água potável disponível; destino dado ao lixo; valor de equipamentos industriais anti-polução existentes/valor da produção;

qualidade ambiental não urbana: níveis de acidificação e de contaminação tóxica dos solos; evolução da área de desertificação em relação à área total agrícola e de florestas; taxa de deflorestamento x taxas de reflorestamento; distância da área destinada a rejeitos radioativos em relação à área de vida das populações;

qualidade, pluralidade e horizontalidade nos canais de decisão coletiva: recursos financeiros e de pessoal destinados à gestão - governamental e não-governamental - dos ítems acima; velocidade na tramitação processual administrativa e judicial; existência de conselhos democráticos deliberativos, plurais e paritários; acessibilidade à candidatura a cargos eletivos.

Dissemos acima que os níveis de desejo por qualidade de vida e as escolhas substantivas podem estar afetadas pela resignação ou pelo consumismo. Assim, seria interessante efetuar-se uma pesquisa para que se examinasse o que as pessoas, ao se permitirem sonhar, desejariam. Ou até que

ponto e em qual direção, ousariam desenhar condições de vida diferentes das próprias. Até que ponto os itens abaixo descritos seriam predominantemente significantes e valorados?

Moradia: habitar um lugar saudável, de clima ameno, limpo, dotado de água, luz, saneamento e energia, ligado ao mundo por todos os meios da tecnologia comunicacional, acessível mas sossegado, seguro (sem catástrofes ambientais, sem ameaças de pestes, epidemias e endemias, sem riscos industriais e sem violência humana), com polos locais de convívio, de educação, cultura e esportes (escolas, bibliotecas, cinema, teatro, ginásios desportivos), onde haja beleza natural, espaço de lazer e contato com a natureza não-degradada.

Trabalho: além da sobrevivência financeira, preservação da própria saúde no processo de trabalho, um sentido de realização, de criação, com todos os bons aspectos físicos já acima apontados para a habitação, acrescidos de uma boa convivência e, o mais importante, sem tempos de trabalho extensos e rígidos.

Natureza: equilíbrio entre uma natureza preservada na sua biodiversidade, onde bancos genéticos, mananciais de águas, fontes de alimentos e de matérias primas sejam respeitados, e, no que se refere ao meio urbano, a presença da natureza seja mantida, para o convívio ameno e repousante do urbanitas com outros seres vivos - animais e vegetais - em espaços amplos, abertos, belos e acessíveis.

A necessidade do IQV local

Os estudos sobre indicadores enfatizam a sua utilidade para a formulação de política nacional e de acordos internacionais. Entendemos, porém, que os pontos indicativos de qualidade de vida devem ser desagregados, isto é, mensurados sobretudo localmente, a partir da identificação de micro-espacos minimamente homogêneos (a favela, o bairro, os distritos municipais). Essa ênfase no micro é muito importante, pois possibilita tomar medidas contra a estratificação espacial, o que repercutirá na luta contra a desigualdade sócio-econômica, bem como para salientar a necessidade de políticas preservacionistas. Até aqui, a noção equivocada do que é qualidade de vida tem sido eminentemente metropolitana e, neste sentido, as políticas de desenvolvimento local entre nós têm provocado uma *razzia* nas amenidades locais e a expulsão de sua população, caracterizando verdadeiras guerras de ocupação. Um IQV local contribuirá para nortear políticas locais, em um esquema comparativo da alocação de recursos.

Indicadores econômicos, sociais, até mesmo ambientais já existem, isoladamente. Falta, todavia, uma metodologia para agregá-los em um único índice, que poderia ser o IQV (Índice de Qualidade de Vida). Que, com base na proposta de Cobb, deveria ter uma interpretação monetária. Por exemplo: quanto custa ao país, como projeção para o futuro, ter uma infância negligenciada e uma escolaridade abaixo do medíocre? Qual é o custo para o sistema de saúde, de não tornarmos acessíveis a todos a água potável e as ligações com um sistema de coleta de esgotos, ou de não termos políticas de restrição à emissão de dejetos químicos?

O que tem sido tentado até aqui, mais a nível de políticas da ONU, é usar alguns indicadores como fatores de promoção ou de restrição ao acesso a financiamentos internacionais, como, por exemplo, o estímulo à educação feminina (se um país tem políticas de promoção e de educação da mulher, pode candidatar-se a recursos dos fundos internacionais; se obsta o desenvolvimento e independência da mulher, proibindo-a a ter acesso à educação, não teria direito a recursos). No caso das políticas sociais e ambientais brasileiras, não há notícias destes mecanismos. Ao contrário, invoca-se geralmente a desigualdade e a degradação natural como argumentos em prol da necessidade de liberação de recursos cuja aplicação efetiva não alivia tais sintomas.

A ONU escolheu algumas metas modestas a serem realizadas no mundo até o ano 2.000, referentes à qualidade de vida, tais como acesso universal à educação básica, erradicação do analfabetismo, acesso universal à água limpa e a saneamento básico e a proteção à infância em dificuldade.

De acordo com o IBGE (dados do Anuário Estatístico de 1992, colhidos em 1990), a situação brasileira em relação a estas metas seria a seguinte:

- **educação básica:** de cada mil alunos que entram na escola, 220 terminam o primeiro grau (22%); somente 26,5% dos jovens de 17 anos têm 8 anos ou mais de estudos;

- **erradicação do analfabetismo:** 18,3% da população de 15 anos ou mais é analfabeta;

- **acesso a água limpa e a saneamento básico:** Dos 36 milhões de domicílios permanentes no país, 75% estão ligados à rede geral de fornecimento de água e 90% à rede de energia elétrica; 70% são servidos de coleta de lixo. Contudo, só 38% dos domicílios estão ligados

à rede coletora de esgotos^{20[20]}; 42% das crianças e adolescentes brasileiros não dispõem de água canalizada; 52% deles não têm esgoto adequado.

- **proteção à infância em dificuldade:** 53% da população brasileira de até 17 anos de idade (cerca de 35 milhões de pessoas dentre 60 milhões) vivem em famílias com rendimento de até 1/2 salário mínimo por pessoa (Cr\$ 261.093,47 em set/92). No Brasil, 1,9 milhão de crianças brasileiras entre 10 e 13 anos trabalhavam em 1990, o que equivalia a 14,2% das crianças nesta faixa etária. A PNAD/95 reitera a mesma situação de exploração infantil, constatando que 14,7 % das crianças brasileiras entre 10 e 14 anos trabalham, o que significa 3 milhões e 289 mil crianças, a maioria no campo^{21[21]}.

Sobre a questão ambiental, a Agenda 21 da ONU sugere tímidos pontos de compromisso mútuo, que são difíceis de serem acordados pelos governos nacionais, tais como a redução das emissões de dióxido de carbono.

No que diz respeito aos problemas ambientais brasileiros e seus indicadores, não temos conhecimento de estudos que os sistematizem. No contexto dos estudos internacionais comparados, as referências ao Brasil aparecem na sua recusa em ver-se responsabilizado pelo efeito estufa que teria, no nosso caso, como causa as queimadas na Floresta Amazônica.

Seria por demais pretensioso, dentro dos limites deste artigo, arrematar uma proposta final de indicador de qualidade de vida. (Acreditamos que a resenha aqui feita já seja uma contribuição para um estudo que se proponha a encontrar sua melhor equação). Contudo, vale insistir que um indicador único, que avalie aspectos humanos e ambientais, é metodologicamente possível, bem como que é necessário que ele seja expresso monetariamente e cotejado ao PIB.

Um novo paradigma nas ciências sociais: a dimensão ética da qualidade de vida

Kuhn definiu o paradigma como o modelo ou padrão aceito, que dá à comunidade científica um critério para propôr e para solucionar problemas (o que estiver fora do paradigma será visto como não-problema, ou como algo metafísico). A aceitação de um paradigma libera a comunidade

^{20[20]} Dados da PNAD de 1993, IBGE.

^{21[21]} O sociólogo Simon Schwartzman, Presidente do IBGE, refutou manchete da imprensa, que alardeava que o IBGE havia encontrado 581 mil crianças exploradas, a maior parte no campo. Segundo Schwartzman, das 420 mil crianças que trabalham no meio rural, 267 mil são filhas de trabalhadores por conta própria. A situação de pobreza existe, mas Schwartzman alerta que os números do IBGE referem-se ao genérico, não a situações particulares e especiais. Simon Schwartzman, "O trabalho infantil", Jornal do Brasil, 27/12/96.

científica da necessidade de reexaminar constantemente os seus princípios. Assim, o paradigma científico diz respeito à constelação de crenças, valores, técnicas que os membros de uma comunidade compartilham, e também a um elemento desta constelação, as soluções concretas de problemas.

Os paradigmas, acrescentou Kuhn, mudam, são dessacralizados, rechaçados, convivem em confusão em um período de crise, nascem dos antigos, incorporando o seu vocabulário e aparato conceitual. O período anterior à sagração de um novo paradigma está marcado por debates sobre métodos, problemas e regras de soluções aceitáveis. As teorias, diz Kuhn, não surgem gradualmente para ajustarem-se a fatos que sempre se encontraram presentes: elas surgem aos mesmo tempo que os fatos aos quais se ajustam, a partir de uma reformulação revolucionária da tradição anterior.

Háverá fatos novos na vida social contemporânea que expliquem o surgimento da preocupação, no plano teórico-epistemológico, com a qualidade de vida e com sua proposta como sendo uma alteração paradigmática? O despontar e expansão de novos movimentos sociais - ambientalistas, de defesa dos direitos civis e humanos, contraculturais, alternativos, étnicos, de gênero, etc. - são vistos como evidências disso. Por outro lado, a atual hegemonia das políticas ditas neoliberais, os fenômenos da globalização e das modificações no mundo da produção são apontados como causas da desorganização, da pauperização e da exclusão, provocando reflexões sobre políticas compensatórias, de reajustes, bem como sobre a necessidade de se reorientar a ação estatal e questionar a Economia enquanto uma ciência empírica, desvinculada de preceitos éticos.

Todos estes aspectos parecem se ajustar ao que Kuhn percebeu: que o questionamento e crise de um modelo explicativo e de intervenção surge concomitantemente com os novos fatos que colocam em cheque a validade do paradigma anterior. No caso, a crença no paradigma do desenvolvimento econômico de um país como podendo existir desvinculado do bem-estar social da sua população e este descomprometido com o meio ambiente, vêm sendo desacreditada. Continua faltando, contudo, colocar de pé indicadores e mecanismos de intervenção novos e interligados, que operacionalizem os novos pressupostos que começam a se disseminar.

Referências bibliográficas:

CMMD - Nosso Futuro Comum - O Relatório Brundtland. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.

Covre, Maria de Lourdes Mazzini (org.). A Cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Crocker, David. "Qualidade de Vida e Desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum". _ Qualidade de Vida. Lua Nova, Revista de Cultura e Política. CEDEC, n. 31, 1995.

CUT/CNMA-INST - Roteiros para Avaliação das Condições de Vida e de Trabalho em Três Regiões: ABC/SP, Belo Horizonte e Vale do Aço/MG; Recôncavo Baiano/BA. Central

- Única dos Trabalhadores/ Comissão Nacional de Meio Ambiente e Instituto Nacional de Saúde no Trabalho. São Paulo, 1992.
- Demo**, Pedro. Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida. Campinas, Editora Autores Associados, 1995.
- Durkheim**, Émile. A Divisão do Trabalho Social. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1977.
- Faria**, Vilmar. Social exclusion in Latin America: an annotated bibliography. Geneva, International Institute for Labor Studies. Discussion Paper 70/1994.
- Ferreira**, Leila da Costa. Sustentabilidade e democracia no poder local. Revista Ambiente e Sociedade, ano I, número I, 2o semestre de 1997, pp. 63 - 79.
- Ferreira**, Lúcia da Costa. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. Incertezas de Sustentabilidade na globalização. Leila da Costa Ferreira e Eduardo Viola (orgs.). Campinas, Editora da Unicamp, 1996, pp. 241 - 277.
- Fleury**, Sônia. O Estado sem cidadãos. Rio de Janeiro, Editora da Fiocruz, 1994.
- Galbraith**, J.K. The good society. Boston, Houghton Mifflin Company, 1996.
- Gaudier**, Maryse. Poverty, inequality, exclusion: new approaches to theory and practice. Geneva, International Institute for Labor Studies, Bibliography Series n. 17, 1993.
- Gentili**, Pablo A. A - O discurso da "qualidade" como nova retórica conservadora no campo educacional. Neoliberalismo, qualidade total e educação, Gentili, Pablo & Silva, Tomaz Tadeu (orgs.). Vozes, 2a edição, Petrópolis, 1995.
- Germani**, Gino. Consideraciones Metodológicas y teoricas sobre la marginalidad urbana en America Latina. Stanford, Harvard University, mimeo, 1972.
- Hammond**, A. et al. Environmental Indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. World Resources Institute. May, 1995.
- Herculano**, S. C. "Do Desenvolvimento (In)suportável à sociedade feliz" Ecologia, Ciência e Política, Goldenberg, M. (coord.). Rio de Janeiro, Revan, 1992
- IBGE**. Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro, IBGE, 1993.
- IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Síntese de Indicadores 1993. Rio de Janeiro, IBGE, 1996.
- IUCN/UNEP/WWF**. Caring for the Earth: a strategy for sustainable living. Gland, 1991.
- Jácoli**, Pedro. "A Percepção de Problemas Ambientais Urbanos em São Paulo" In: Qualidade de Vida. Lua Nova, Revista de Cultura e Política. CEDEC, n. 31, 1995.
- Kowarick**, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- Marcuse**, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- Mol**, A.P.J. & Spaargaren, G. "Environment and the Risk-Society: the Apocalyptic Horizon of Environmental Reform". International Sociology, vol 8 n. 4, December, 1993.
- Nun**, José. Superpoblación relativa, exercito industrial de reserva y massa marginal. Revista Latinoamericana de Sociologia n. 2 vol V, julho de 1969.
- Nussbaum**, Martha & Sen, Amartya (eds.). The Quality of Life. Clariton Paperbacks, 1993.
- Sevá**, O. (1988) No limite do risco e da dominação: a politização dos investimentos industriais de grande porte. Tese de Livre Docência, Instituto de Geociências, UNICAMP.
- Shahodullah**, S. M. "Quality of Life Indicators: a cross cultural perspective". Paper apresentado no XIII Congresso Mundial de Sociologia, Bielefeld, 1994.

